



4235 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

O REBATIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE REGULAÇÃO NO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES QUE ATUAM NAS ESCOLAS DO CAMPO

Terciana Vidal Moura - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

O presente artigo é fruto de uma investigação de doutoramento em Ciências da Educação. Objetivou estabelecer a relação entre as políticas educativas conservadoras, gerencialistas, seus mecanismos e dispositivos de regulação na gestão do trabalho pedagógico e analisar como as políticas educacionais, em suas diferentes formas de regulação, têm influenciado na gestão e organização do trabalho pedagógico dos professores do campo. Metodologicamente, constituiu-se num Estudo de Caso qualitativo. Teve como universo de pesquisa um Núcleo de Escolas do Campo que integra o Sistema de Municipal de Ensino de um dos municípios do Estado da Bahia-Brasil. No limite desse artigo buscaremos problematizar as múltiplas regulações promovidas no interior da escola, a partir das “aspirações reguladoras” do *Estado Gerencial* principalmente na gestão do trabalho pedagógico dos professores que atuam nas escolas do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Políticas Educacionais de Regulação. Trabalho Pedagógico.

INTRODUÇÃO

A nossa inquietação investigativa emerge de algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão das quais faço parte. Especificamente no âmbito da pesquisa, o nosso principal envolvimento deu-se em quatro projetos de pesquisa desenvolvidos por uma equipe de professores que trazem como foco a questão do trabalho docente e as políticas educacionais investigados por diferentes ângulos e perspectivas. Essas pesquisas foram evidenciando aspectos importantes sobre a gestão do trabalho pedagógico nas escolas do campo, denunciado principalmente o comprometido da materialização da Educação do Campo no interior das escolas localizadas nos diferentes espaços rurais do município investigado, principalmente pela lógica de regulação vivida no cotidiano das escolas determinada pelas políticas educacionais, principalmente aquelas relacionadas à formação docente, avaliação e currículo.

Nesta investigação procurou-se analisar profundamente como os professores se posicionam face às políticas de regulação que lhes procuram impor. No limite desse artigo buscaremos problematizar as múltiplas regulações promovidas no interior da escola, a partir das “aspirações reguladoras” do *Estado Gerencial* principalmente na gestão do trabalho pedagógico dos professores que atuam nas escolas do campo, e como essa regulação tem afetado a construção e fortalecimento da Educação do Campo no chão da escola.

DESENHO INVESTIGATIVO

Em termos de *abordagem*, a investigação situa-se no âmbito da *pesquisa qualitativa*. Metodologicamente, constituiu-se num *estudo de caso*. Teve como universo de pesquisa um Núcleo de Escolas do Campo que integra o Sistema de Municipal de Ensino de um dos municípios da Região Nordeste. Como sujeitos, participaram dessa investigação, oito (8) professores do referido Núcleo e uma (1) turma de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma das seis (6) escolas do referido Núcleo, escolhida para observação *in lócus*. Como procedimentos para o levantamento de dados, foram utilizados a *pesquisa bibliográfica*, a *pesquisa documental* e a *pesquisa de campo*; e foram empregadas as seguintes técnicas de pesquisa: *observação*, aplicação de *questionário*, realização de *entrevistas* semiestruturadas, *grupo focal* e técnica de *representação por desenho*. Partindo dessas considerações e objetivando contemplar o caráter multifacetado do fenômeno aqui investigado, minha opção quanto ao processo de análise dos significados das falas, dos textos e situações observadas, a partir dos sujeitos e do contexto, ancorou-se na *análise de conteúdo* e ao método de *triangulação de dados*, buscando assim, garantir, uma maior confiabilidade no estudo.

O TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES DO CAMPO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE REGULAÇÃO

Akkari (2011, p. 11), destaca que as últimas décadas foram marcadas por um processo intenso de internacionalização das políticas educacionais, cuja intensidade varia de acordo as especificidades locais e regionais. Para o autor, as políticas educacionais compreendem um “conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola” (AKKARI, 2011, p. 11), buscando assegurar a materialização dessas expectativas. Assim, constrói-se por meio de regras e mecanismos de controle, incentivo às inovações educacionais e a garantia de uma gestão (administrativa e financeira) que responda as demandas colocadas. As últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas transformações no mundo, e, talvez, uma das principais delas seja a mudança no papel do Estado-Nação. A crise do capitalismo, o processo de mundialização da economia e o esgotamento do modelo fordista de organização do trabalho provocaram uma tendência mundial de reestruturação e reforma dos Estados Nacionais. As transformações dos modos de produção, a globalização e consequentemente as reformas dos Estados Nacionais impuseram outra lógica nos modos de regulação do Estado, repercutindo nas políticas e sistemas educacionais.

Nesse sentido, Barroso (2005) assinala que as novas formas de regulação das políticas públicas estão associadas ao movimento da reforma dos Estados Nacionais, que impuseram mudanças significativas na lógica da administração pública, afetando diretamente a gestão educacional no âmbito pedagógico, financeiro e administrativo e, consequentemente as orientações das políticas e práticas. Destarte, para

Barroso (2005, p. 726), as novas formas de regulação vem no sentido de “alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar”. Portanto, o termo regulação nesse contexto, está associado a “outro estatuto dado à intervenção do Estado na condução das políticas públicas”, estabelecido pela nova gestão pública, que introduz formas de intervenção mais flexíveis, que as formas burocráticas.

Todas essas transformações vem afetando o campo da educação escolar, impondo mudanças quanto a sua finalidade, valores e práticas, a fim de que melhor se adéque aos processos de reestruturação produtiva do capitalismo. O processo de reestruturação educativa, atrelado aos processos de regulação e subjetivação, tem impactado de forma incisiva, provocando mudanças profundas no trabalho, na formação, nos saberes e identidade docente, indo de encontro às formulações teóricas que possibilitaram um avanço em se pensar essas dimensões para além da racionalidade técnica. Nesse sentido, as políticas educacionais têm buscado promover formas de controle da produção do trabalho escolar através da avaliação, currículo, formação, gestão, financiamento e controle da gestão do pedagógico.

Contraditoriamente a essa lógica, é possível destacar no cenário educacional brasileiro, algumas políticas e práticas contra-hegemônicas, como por exemplo a Educação do Campo. A epistemologia do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo é oriunda das lutas, da pedagogia e das experiências educativas dos movimentos sociais do campo e está ancorada em princípios como formação humana e defende um projeto de desenvolvimento que defende o campo como um lugar de vida. Aqui a educação transcende a perspectiva do *conhecimento-regulação* para o *conhecimento-emancipação*. Desse modo, a epistemologia da Educação do Campo vai exigir a transformação da escola a partir de cinco princípios apontados por Nascimento (2009, p. 1) Compromisso com a formação humana, intervenção social e valores culturais; 2) Gestão da escola/democratização do espaço escolar; 3) Pedagogia escolar vinculada às pedagogias gestadas nos movimentos sociais do campo; 4) Currículo contextualizado à educação do campo; e, 5) A formação de educadores do campo. A lógica pensada a partir desse projeto de sociedade e, conseqüentemente, de educação, traz inúmeros desafios e demandas à gestão do trabalho pedagógico da escola, que deve estar fundado na epistemologia e nas formas defendidas por esse projeto, trazendo implicação também para a configuração do trabalho docente. Destarte, é que podemos considerar a Educação do Campo como um projeto de disputa hegemônica no interior do trabalho do capital, que se encontra amplamente dissolvido na educação brasileira por Diretrizes, Parâmetros, Sistemas de avaliação externa, etc.

Os dados de campo evidenciam que as políticas educacionais têm promovido diferentes processos de regulação no interior da escola do campo. Revelam que os professores estão sob influência de diferentes políticas, formas, níveis e fontes de regulação educacional. Apontam também que os professores do campo exercem um trabalho difícil, solitário e são submetidos a processos de regulação da gestão do trabalho pedagógico a partir de alguns mecanismos como:

O Índice Guia de Avaliação de Desempenho - Trata-se de uma política local de *accountability* centrada num contrato de gestão firmado entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação (SEC) em torno de metas definidas previamente pela SEC. Os colaboradores da pesquisa pontuaram que o *Índice-Guia* transformou o professor num executor de tarefas, pois a referida política situava-se nos processos de regulação em torno do trabalho docente que acabava por reduzir o professor a um simples tarefeiro, fazia com que eles se sentissem numa “fábrica”, justamente pela alta carga de cobrança em torno da performance e produtividade do trabalho docente, como também, pela geração da intensificação e sobrecarga de trabalho, para atender aos quesitos e cobranças colocados por esse índice. Nas falas dos professores a regulação promovida pelo *Índice Guia* estava estritamente relacionada à cobrança, controle e fiscalização do trabalho pedagógico desenvolvidos nas escolas pelos professores. Havia um monitoramento e cobrança intensa sobre o trabalho do professor, através de um acompanhamento intensificado. Os professores enfatizaram que o *Índice-Guia* ofertava aos professores uma “receita”, dificultando a construção de sua identidade enquanto professor-pesquisador, professor-reflexivo, intelectual crítico-reflexivo, acentuando a divisão do trabalho no interior da escola. Os professores destacaram a distância dessa política com as questões que tocam as escolas do campo e sua inadequação ao contexto das escolas de classes multisseriadas.

As avaliações externas nacionais - Os dados apontaram que a avaliação externa é uma grande fonte de regulação educacional e que tem influenciado grandemente a gestão do trabalho pedagógico dos professores. Evidenciaram que todos os professores investigados, direta ou indiretamente, são regulados por essa política. Identifiquei que os mesmos estão sob a influência das diversas políticas e programas que tem como centralidade as avaliações externas, como Prova Brasil, Provinha Brasil, ANA, Pnaic e Pacto. Quando questionados sobre a “influência” das políticas de avaliação externa sobre o trabalho pedagógico, os professores responderam que essas políticas visam atender as expectativas do governo e não a do professor, estão diretamente vinculadas ao financiamento da escola, e, por isso, os municípios encontram-se extremamente preocupados com o resultados dessas avaliações e, por conseguinte, há uma cobrança muito grande e responsabilização em cima da figura do professor. Destacaram que a Prova Brasil tem um impacto na gestão do trabalho pedagógico do professor, justamente porque é a partir dela que a SEC projeta as políticas educacionais para o município. Para os professores, a Prova Brasil é determinante naquilo que vai ser feito na escola.

Currículo -Os professores pontuaram que a gestão do trabalho pedagógico também é regulada pelo currículo oficial estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação. Para eles, o currículo é imposto, os conteúdos não dialogam com a realidade do campo, a grade curricular tem engessado e limitado à prática dos professores, pois estes sempre tendem a cumprir o que foi estabelecido. Destacaram também a vinculação do currículo oficial com as avaliações externas. Todos os professores entrevistados pontuaram que quem define o currículo adotado nas escolas é a SEC. É unanimidade entre os sujeitos da pesquisa a compreensão do currículo como os *conteúdos a serem ensinados*. Pontuaram que os professores não têm autonomia para pensar e definir o currículo da escola. Aos professores, cabe seguir o *Plano de Curso* estabelecido pela Secretaria de Educação. Ao serem indagados sobre o referencial que tem orientado o currículo adotado pelo SEC, os professores responderam que o currículo foi construído a partir de referenciais externos, tais como: propostas curriculares de outros municípios, a “Base Curricular Nacional”, os livros didáticos, a “Matriz de Referência” das avaliações externas, etc., que acabam por padronizar um modelo de currículo a serem seguidos pelas escolas.

Formação -Do universo dos oito professores investigados, nenhum deles possuía formação inicial em Educação do Campo. Apenas um professor possuía uma formação mais específica em Educação do Campo em nível de Pós-graduação *lato-senso*. Quanto à formação continuada, pude evidenciar a regulação para atender aos imperativos das políticas educacionais no contexto das demandas do capital, pois a maioria dos cursos ofertados aos professores estão submetidos à lógica de formação das políticas educacionais de regulação, principalmente pela sua vinculação à lógica das competência e habilidades, a concentração da formação nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. A ausência de uma formação específica sobre a Educação do Campo foi apontada pelos professores como uma das causas para que os professores sigam a lógica das políticas de regulação educacional sem críticas e enfrentamentos, acabando por desenvolver práticas educativas desvinculadas da materialidade de origem e da epistemologia que fundamentam as concepções e princípios da Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES

A partir de toda análise já empreendida até aqui e a partir da fala dos professores sobre essa questão, pode-se inferir que há pouco espaço no interior da escola para a construção da identidade da escola do campo, justamente porque a gestão do trabalho pedagógico dinamizada pelos professores está grandemente comprometida em atender os imperativos colocados pelas políticas de regulação educacional.

Embora a pesquisa aponte esses limites, também reforça a importância dos espaços e estratégias de resistência e ressignificações construídas pelos professores no processo de materialização das políticas educacionais de regulação no interior da escola. Defendo ser possível a emergência das estratégias de ressignificação e resistência docente, promovendo novos arranjos e orientações frente à própria regulação.

Para além da preocupação com a suposta qualidade de educação encarnada pelas políticas educacionais de regulação neoliberal, a Educação do Campo traz princípios outros para pensar a dimensão formativa dos sujeitos do campo. A premissa é a construção de uma escola que, via processos de escolarização, a partir de uma pedagogia crítica vinculada às finalidades ontológicas de seu Projeto Político-Pedagógico, contribua na luta contra-hegemônica e na construção de um projeto de vida para os camponeses. Assim, a pesquisa traz contribuições para pensar como esse projeto poderá contrapor a lógica dessas políticas no interior da escola e construir práticas pedagógicas que respondam pela Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 92, outubro, 2005, pp. 725-751.

NASCIMENTO, C. G. Políticas “públicas” e Educação do Campo: Em busca da cidadania possível? **Travessias**, 3(3), 178-198, 2009.